

O lugar da filosofia civil e a classificação das ciências segundo Hobbes

Delmo Mattos^{*1}

Resumo: A filosofia civil ocupa um lugar de destaque no sistema filosófico de Hobbes. Compreende a sua reflexão das disposições e costumes dos homens, isto é, a ética, os deveres civis e a política. No entanto, a filosofia civil constitui apenas uma parte da elaboração sistemática da filosofia hobbessiana, que contém, além da sua reflexão política, importantes apontamentos sobre a física e a geometria. Neste artigo, buscaremos examinar o modo como Hobbes posiciona as diferentes partes que compõem o seu sistema filosófico, a fim de tornarmos explícito o lugar que a filosofia civil ocupa no seu empreendimento filosófico.

Palavras-chave: Ciência, Filosofia civil, Mecanicismo, Movimento

Abstract: Civil philosophy occupies an evident place in the philosophical system of Hobbes. It comprises his reflection concerning dispositions and customs of men, that is, ethics, civil obligations, and politics. Nevertheless, civil philosophy constitutes only a part of the systematic elaboration of Hobbes' philosophy, which contains, besides his political reflection, important points about physics and geometry. In this paper, we try to examine the manner Hobbes stations the different parts that compose his philosophical system, so that we can demonstrate the place that civil philosophy occupies in his philosophical undertaking.

Keywords: Civil philosophy, Mechanism, Movement, Science

^{*} Doutor em Filosofia pelo IFCS-UFRJ e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *E-mail:*: delmomattos@hotmail.com. Artigo recebido em 26.01.2009, aprovado em 30.06.2009.

¹ Este artigo constitui parte da pesquisa realizada na Tese de Doutorado intitulada *O problema da liberdade e a liberdade como problema em Thomas Hobbes: revisando conceitos e avaliando as interpretações*, apresentada ao Programa de pós-graduação em Filosofia da UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. Franklin Trein.

1 A classificação das ciências segundo a diversidade de movimento dos corpos

Frequentemente os intérpretes das obras de Hobbes consideram a sua reflexão filosófica como sendo essencialmente “mecanicista”². Esta caracterização não é de modo algum errônea, embora aparentemente incompleta, diante das várias especificações conferidas ao seu empreendimento filosófico³. Contudo, diante dos nossos propósitos consideraremos, em especial, o atributo “mecanicista” à medida que este aspecto revela que a reflexão filosófica hobbesiana é, de certa forma, caudatária dos pressupostos fundamentais sobre o qual está baseada a ciência moderna.

Pode-se afirmar que o emprego do termo “mecanicista” à reflexão filosófica hobbesiana advém, sobretudo, de dois aspectos fundamentais presentes no seu pensamento: a concepção de que a realidade é constituída de matéria (corpos) e movimento, e a negação da “substância incorpórea”⁴. Não obstante, o segundo aspecto seja consequência direta do primeiro, para nossos propósitos devemos, portanto, nos concentrar em compreender o

² Por exemplo, Watkins (1965), Sorrel (1991, 1996), Spragens (1973), Brandt (1928) e Schuhman (1985).

³ Há ainda outras atribuições conferidas à reflexão filosófica de Hobbes, tais como: empirista, racionalista, dedutivista, naturalista e nominalista. Todos esses atributos são relevantes no pensamento do filósofo, contudo, pelo menos neste momento, não devemos explorar estes aspectos mais detalhadamente.

⁴ De acordo com Hobbes, toda substância é corpórea. Postular uma substância como ‘incorpórea’ é uma contradição de termos para este: “There be divers other places out of which may be drawn the like conclusion. To men that understand the signification of these words, *substance*, and *incorporeal*; as *incorporeal* is taken, not for subtle body, but for *not body*; they imply a contradiction: inasmuch as to say, an angel or spirit is in that sense an incorporeal substance, is to say in effect, there is no angel nor spirit at all. Considering therefore the signification of the word *angel* in the Old Testament, and the nature of dreams and visions that happen to men by the ordinary way of nature; I was inclined to this opinion, that angels were nothing but supernatural apparitions of the fancy, raised by the special and extraordinary operation of God, thereby to make his presence and commandments known to mankind, and chiefly to his own people. But the many places of the New Testament, and our Savior’s own words, and in such texts, wherein is no suspicion of corruption of the Scripture, have extorted from my feeble reason, an acknowledgment and belief, that there be also angels substantial, and permanent. But to believe they be in no place, that is to say, no where, that is to say, nothing, as they, though indirectly, say, that will have them incorporeal, cannot by Scripture be evinced” (Hobbes, 1968, Cap. XXXIV, p. 439. Grifo do autor).

primeiro aspecto da atribuição “mecanicista”, ou melhor, “mecanicista-materialista” à reflexão filosófica de Hobbes.

O termo “mecanicismo”, como observa Japiassu,

Denomina uma filosofia formulada na primeira metade do século XVII significando, sinteticamente, que todos os fenômenos naturais devem ser explicáveis, em última instância, por referência à matéria em movimento [...]. O mundo, em seu conjunto, se apresenta como uma espécie de sistema mecânico. A metáfora da máquina constitui o símbolo do mecanicismo: o sistema do mundo funciona como o sistema de um relógio (1994, p. 60).

Tais pressupostos evidenciados refletem uma realidade histórica peculiar, no sentido em que as condições políticas, culturais e econômicas propiciaram o surgimento das atividades de um conjunto de práticos que modificou substancialmente as relações dos homens com a natureza⁵. Trata-se, portanto, de uma realidade histórica na qual a construção das máquinas não estava mais nas mãos dos artesãos, e sim dos engenheiros (Japiassu, 1991, p. 93).

Com efeito, a transferência da fabricação das máquinas no século XVII introduz uma nova concepção de natureza que culmina com uma profunda transformação da relação do homem com esta. Nestes termos, a natureza é concebida como uma estrutura mecânica comparável à de uma máquina, em que os fenômenos (incluindo os seres vivos) são susceptíveis de serem reduzidos a um sistema mecânico. De um modo mais específico, o mecanicismo revela uma concepção de mundo em que a realidade é entendida como um sistema mecânico submetido às leis da física, onde os corpos (ou matéria) que a constituem relacionam-se uns com os outros do mesmo modo que as engrenagens de um relógio, ajustadas e coordenadas de tal forma que o comportamento individual de suas partes é determinado pelo comportamento global do sistema.⁶

O contato de Hobbes com os pressupostos do mecanicismo se deve, essencialmente, às viagens ao continente europeu em que teve a oportunidade de se aproximar do padre Mersenne e do círculo de

⁵ Vale ressaltar que o mecanicismo é visto como a peça fundamental do “programa geral da ciência moderna” (Cf. Japiassu, 1994, p. 60).

⁶ Ver Rossi (1989).

intelectuais que o cercava⁷. Através deste, Hobbes manteve contato com Descartes, que ao lado de Mersene e Harvey foram os principais expoentes da denominada filosofia mecânica do século XVII⁸. Ao ser acolhido neste círculo de intelectuais a troca de conhecimentos, discussões e debates em torno da ciência, suscitou em Hobbes um interesse obsessivo pelas leis da física e, especialmente, pela questão em torno do “fenômeno do movimento”⁹.

O interesse de Hobbes por certos aspectos da física é aceito por vários dos seus intérpretes como o ponto de partida para a elaboração e construção do seu sistema filosófico. Ora, esta interpretação sinaliza para o aspecto do pensamento de Hobbes que pretendemos evidenciar no nosso estudo, ou seja, que a sua reflexão filosófica teria sido essencialmente influenciada pelo cientificismo da sua época, em especial, pelo pensamento mecanicista e pela física de Galileu.

Sendo assim, em sintonia com tais pressupostos, Hobbes constrói um modelo de física estritamente mecanicista no qual possui a pretensão de explicar os fenômenos naturais reduzindo-os a relações entre corpos e movimento¹⁰. Os corpos aos quais Hobbes sempre se refere na sua física são a matéria sobre a qual os movimentos incidem. Por sua vez, o movimento é considerado por Hobbes como a causa primordial de todos os eventos que se processam nos corpos. No entanto, deve-se ressaltar que este tipo de explicação não cabe apenas à física, mas perpassa toda a reflexão filosófica e política de Hobbes, inclusive a composição do *Commonwealth*.

⁷ Cf. “Percorrer a Europa na qualidade daquilo que um de seus amigos mais tarde descreveria como *conducteur d’un Seigneur* tornou-se uma das principais atividades de Hobbes: além da jornada de 1610-1615, ele percorreu a Europa com o filho de outra família em 1630 e, em 1634-1636, acompanhou o filho de seu pupilo de 1610 num *tour* similar ao que fizera com o pai. Essas viagens deram a Hobbes uma oportunidade de conhecer políticos e intelectuais por todo o continente europeu a que provavelmente nenhum outro pensador importante teve acesso [...]” (Tuck, 2001, p. 17).

⁸ Cf. “Obviamente, a ciência moderna e a filosofia mecanicista não foram criadas por uma pessoa apenas, mas por um grupo de pensadores e filósofos, tais como Gassendi, Mersene, Harvey e Descartes (Japiassu, 1991, p. 98).

⁹ Nesta mesma época, Hobbes estimulado por Mersenne, escreve *Objections in Cartesii de prima Philosophia Meditationes* (1641). Não se pode omitir, portanto, a influência de Bacon sobre Hobbes.

¹⁰ Cf. Segundo Wollmann (1994, p. 20), Hobbes constrói a sua física, e consequentemente, “a sua concepção mecanicista influenciado, sobretudo, pela *Dióptrica* de Descartes”.

Não é difícil constatar este fato nas obras de Hobbes, quando, por exemplo, ao caracterizar o *Commonwealth* (República)¹¹ compara-o a uma grande máquina (Cf. Bobbio, 1991). Assim, da mesma maneira que, num mecanismo qualquer, em que os movimentos da última peça são essencialmente definidos pelos movimentos da primeira peça, e da concatenação entre os movimentos das peças intermediárias. Da mesma forma, a natureza como um todo representaria um determinismo estrito e mecânico. Nos corpos em geral e, no corpo humano em particular, nada escapa das leis mecânicas.

Nas palavras de Hobbes:

Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro (1968, Introduction, p. 81).

Na *Opera Philosophica* (1681), mais precisamente em *Malmesburiensis vita*, Hobbes afirma enfaticamente que “no mundo inteiro, a única coisa real [...] é o movimento [...], razão por que quem quiser compreender a física, antes de qualquer coisa, deve-se fazer um estudo movimento” (1839, v. I *apud* Skinner, 1999a, p. 342).

Contudo, foi a partir do estudo do movimento que despertou em Hobbes a necessidade de elaborar a sua reflexão filosófica de maneira sistemática. De modo que este investe na composição de seu projeto científico levando em conta o movimento como a expressão máxima do seu pensamento mecanicista. Com isso, Hobbes chega à compreensão essencial na composição do seu projeto filosófico, a saber: de que a filosofia deveria

¹¹ O termo *Commonwealth* é utilizado por Hobbes nas suas obras para definir os Estados. No original, *Commonwealths* significa literalmente o “bem público”, o que contribui para a tradução latina da época se referir ao *Commonwealth* como República. No entanto, Hobbes utiliza outros termos para se referir ao *Commonwealth*, como por exemplo, Cidade (em latim *Civitas*) e também como *Leviathan*. Em outras traduções *Commonwealth* é traduzido propriamente como Estado. Diante dessa ambiguidade pretendo manter o sentido original do termo em Inglês como é empregado por Hobbes nas suas obras, ou seja, como Estado.

ser classificada de acordo com a diversidade dos movimentos dos corpos (Cf. Sorrel, 1991)¹².

Pode-se constatar em diversas passagens nas obras de Hobbes a sua engenhosa tentativa de classificar sistematicamente os diversos ramos do conhecimento¹³. Uma das mais conhecidas passagens em que se observa esta tentativa de classificação da ciência¹⁴ está expressa na Epístola dedicatória ao conde de William de Devonshire, inserida no *De Cive* (1642)¹⁵:

Vejamos agora, quantas espécies de coisas há, que propriamente caem no âmbito do que a razão humana pode conhecer; e tantos serão os ramos em que se divide a árvore da filosofia. E, da diversidade da matéria de que tratam foi dada a esses ramos uma comparável diversidade de nomes. Assim, o ramo que trata das figuras chama-se geometria; o do movimento, física; do direito natural, moral; e a reunião de todas essas formas a filosofia – do mesmo modo que os mares britânicos, atlântico e índico, que devem seus distintos nomes de batismo à diversidade das terras que banham, reúnem-se, não obstante, para formar o oceano (Hobbes, 2002a, p. 5).

Esta passagem faz alusão à árvore da filosofia de Descartes, numa comparação aos múltiplos ramos dessa árvore para assinalar quantas espécies de coisas estão no âmbito do que a razão humana pode ou não conhecer. Todavia, as aludidas referências não fornecem os reais indicativos do ordenamento sistemático que pretendia o filósofo, nem de elementos criteriosos para as três ramificações disciplinares do seu programa científico: geometria, física, moral e a filosofia civil que compõem a filosofia como ciência¹⁶.

¹² Cf. “Hobbes’s ideas about the scheme of sciences were developed in order to systematize the “elements” of science as whole. He did not regard himself as inventor of all of these elements. The geometry in *De Corpore*, as well as much of mechanics and astronomy, not mention the project of an “Elements” of philosophy, was openly based on Euclid, Galileo, and others” (Sorrel, 1996, p. 58).

¹³ Hobbes apresenta uma notável classificação das ciências no Cap. IX do *Leviathan* (1968, Cap. IX, p.149).

¹⁴ Cf. Ciência e filosofia são termos correlatos para Hobbes.

¹⁵ Originalmente: *Elementorum Philosophiae, Sectio tertia De Cive*.

¹⁶ Cf. “[...] the principal discussion is in Part One of *De Corpore*. It was here that Hobbes introduced his three-volume exposition of the elements of philosophy or science in general, and it was natural place for Hobbes to identify the recognized

A ambiguidade de Hobbes quanto à classificação das ciências, torna-se ainda mais problemática quando este no Prefácio ao *De Cive*, redigido em 1647, ou seja, após a Epístola dedicatória, propõe uma classificação diferenciada do seu projeto de sistematização do conhecimento. Assim, no Prefácio ao *De Cive*, Hobbes, ao levar em conta os vários tipos de movimentos que compõem os diversos ramos do conhecimento apresenta o movimento como objeto de conhecimento da filosofia primeira e alguns elementos da física.

A passagem em questão é a seguinte:

Estava estudando filosofia por puro interesse intelectual, e havia reunido o que são seus primeiros elementos em todas as espécies e, depois de concentrá-los em três seções de acordo com os graus, pensei escrevê-lo de modo que se apresentasse da seguinte forma: na primeira trataria do corpo, e das suas propriedades gerais; na segunda, do homem e de suas faculdades e afetos especiais; na terceira, do governo civil e dos deveres dos súditos. De modo que a primeira parte conteria a filosofia primeira, e certos elementos da física; nela consideraríamos as razões de tempo, lugar, causa, poder, relação, proporção, quantidade, figura e movimento. Na segunda discutiríamos a imaginação, a memória, o intelecto, o raciocínio, o apetite, a vontade, o bem e o mal, o que é honesto ou desonesto, e coisas parecidas. O que a última parte aborda é que vou expor (Idem, 2002a, p. 17-18).

Ao atentarmos à passagem acima, podemos verificar que Hobbes omite a geometria reduzindo o seu objeto de contemplação à filosofia primeira. Esta constatação, em certo sentido, pressupõe que a filosofia primeira compreenderia tanto os objetos de estudo da geometria como os objetos da física. Logo, a geometria e a física estariam compartilhando o mesmo grau de importância na ordem de exposição da ciência.

No entanto, contrariando o que o Prefácio ao *De Cive* parece denotar, Hobbes no *De Corpore* (1655)¹⁷, afirma que antes de tratar da

sciences and to indicate in preliminary way how they together” (Soreel, *op. cit.*, p. 45-46).

¹⁷ Originalmente: *Elementorum Philosophiae, Sectio Prima De Corpore*. A tradução do *De Corpore*, segue a tradução inglesa do próprio Hobbes (*Elements of Philosophy, the first Section Concerning Body* (1656)) in: *The English Works of*

física deve-se considerar as propriedades da geometria¹⁸. Ou seja, com esta afirmação Hobbes evidencia a posição real da geometria na composição do seu sistema filosófico, à medida que a define em uma posição privilegiada em relação às demais ciências. Certamente, essa mudança de posição da geometria na composição no sistema filosófico hobbesiano, não é gratuita. A sua primazia frente às demais ciências na ordem posicional do sistema filosófico, está no fato de que Hobbes a concebe como a “ciência geral do movimento”.

A seguinte passagem do *De Corpore* evidencia esta questão:

A física só pode ser entendida se sabemos, portanto, que movimentos existem nas menores partes do corpo, e o movimento das menores partes do corpo não podem ser compreendidos, se não soubermos que efeitos causam o movimento em si mesmo. E porque toda aparência das coisas à sensibilidade é determinada, por ser feita de tal quantidade e qualidade por movimentos combinados, sendo que cada qual tem um certo grau de velocidade em um modo certo e determinado; portanto, em primeiro lugar, nós investigaremos o modo do movimento simples (no que consiste a geometria); depois, os tipos de movimentos gerados e como se manifestam; e, finalmente, os tipos de movimentos internos e invisíveis (que é a investigação dos filósofos da natureza). E, portanto, aqueles que estudam a filosofia da natureza, estudam em vão – exceto aqueles que começam pela geometria – e tais escritores ou disputantes dessa matéria, que são ignorantes da geometria, fazem, exclusivamente, os seus leitores e a sua ausência perderam seus respectivos tempos (Idem., *Ibidem.*, I, Cap. VI, art. 6).

Thomas Hobbes, Ed. By Sir. W. Molesworth, Londres, 1839-45, reimpresso em 1966, vol. I).

¹⁸ Cf. “Every apparition of things to the senses is determined (i.e. it has the specific characteristics and size which it has) by the combined effect of a number of motions, each one of which has its own particular speed and direction. So we must *first* investigate. The directions of motions taken in themselves (which is what geometry consists in); *then* the directions of motions which have actually been brought into being and are perceptible; and *finally* the directions of internal and invisible motions (which is the subject matter of physics). Consequently, people who research into natural philosophy, without taking geometry as the starting point of their research, are wasting their time. And people who write about, or lecture on natural philosophy, without any knowledge of geometry, are wasting the time of their readers and listeners” (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 6).

De modo mais específico, o que Hobbes quer enfatizar é que não se deve compreender aqueles efeitos produzidos pelo movimento das partes dos corpos, que são objetos da física, isto é, as qualidades sensíveis, tais como luz, cor, transparência, opacidade, odor, sabor, peso, frio, etc., sem antes determinar as suas causas, que, por sua vez, tem início com a geometria (Idem, *Ibidem*, I, Cap. VI, art. 6)¹⁹. Assim, ao contrário do que a Epístola dedicatória do *De Cive* parece denotar, a geometria é anterior à física, e para adquirir o conhecimento dos objetos que compõem esta, faz-se necessário recorrer às noções elementares da geometria, assim explicam-se os movimentos das partes constitutivas dos corpos e seus efeitos: objetos da física.

Uma vez definida a posição da geometria na composição do sistema hobbesiano, cabe-nos, neste momento, examinar como Hobbes articula a sua reflexão acerca do método em filosofia tendo por referência o movimento como o princípio reitor da sua reflexão filosófica (Cf. Gauthier, 1979a).

De acordo com Hobbes o estudo da filosofia consiste,

No conhecimento que adquirimos, pelo verdadeiro raciocínio, das aparências ou efeitos aparentes, a partir do conhecimento que temos de alguma possível produção ou geração destes; e dessa produção, como ocorreu ou pode ocorrer, a partir do conhecimento que temos dos efeitos (Idem, *Ibidem*, I, Cap. VI, art. 1).

Assim, o “conhecimento dos efeitos”, isto é, das aparências dos objetos pressupõe a definição de suas causas, ou melhor, as “causas da sua natureza”. No *De Corpore*, Hobbes afirma que não há nenhum outro procedimento metodológico para se descobrir “a natureza das coisas” que

¹⁹ Cf. “Thirdly, we come to the investigation of what arises from the motion of parts; for example, how it happens that things which stay the same can appear to the senses as not being the same, but changed. So here the topic of enquiry is sensible qualities, such as *light, colour, transparency, opacity, sound, smell, taste, heat, cold*, and the such like. But since they cannot be known without knowledge of the cause of sensation itself, the third topic will be to consider the causes of *vision, hearing, smell, taste, and touch*. The previously mentioned qualities, and all kinds of changes, must be postponed to the fourth topic. These two areas of study together make up the part of philosophy which is called physics” (Idem., *Ibidem*.).

não seja ou o “método compositivo” (sintético) ou o “método resolutivo” (analítico)²⁰, ou até mesmo, parcialmente o compositivo e parcialmente o resolutivo²¹.

No entanto, qualquer consideração acerca do modo como Hobbes emprega o procedimento “compositivo-resolutivo”²² em suas obras, deve partir de como o filósofo concebe e define a questão do método na sua reflexão filosófica. Contudo, para explicar a definição e a função do método, ele recorre à definição do que é filosofia. Como bem assinalamos anteriormente, a filosofia, para Hobbes, caracteriza-se “pelo conhecimento que adquirimos das aparências ou efeitos aparentes, a partir do conhecimento que temos de alguma possível produção ou geração destes e dessa produção” (Idem, *Ibidem*, I, Cap. VI, art. 1)²³. Ou seja, abreviadamente, a filosofia para Hobbes é o conhecimento das “causas primeiras”, isto é, daquilo que denomina de “universais”. O que Hobbes entende por universais?

Segundo Hobbes, os universais são os acidentes que são comuns a todos os corpos. Como todos os corpos são constituídos por um elemento que é comum em relação a outros corpos e, como para este, o movimento está na base do procedimento de toda a ciência. Estes universais, ou melhor, a “causa universal”, é aquilo que Hobbes designa por movimento (Sorrel, 1991, *op. cit.*, p. 61-62). No entanto, as “coisas universais” se contrapõem as “coisas singulares”, que são, para ele, os acidentes que fazem com que uma “coisa” se diferencie de outra²⁴.

²⁰ Macpherson tece um excelente comentário sobre esse ponto na introdução ao *Leviathan* (edição compilada pelo próprio Macpherson): In: Macpherson, C.B. *Introduction, Leviathan*, 1968, p. 25-26.

²¹ Cf. “As I said above, in Chapter 1, Article 2, reasoning consists in composition and division (or resolution). Therefore any method for investigating the causes of things is either compositive, or resolutive, or partly compositive and partly resolutive. The resolutive method is usually called *analytic*, and the compositive *synthetic*” (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 1).

²² Em Hobbes o procedimento demonstrativo da geometria tem lugar de destaque na elaboração de uma “ciência política rigorosa”.

²³ Cf. “Philosophy is the knowledge we acquire by true ratiocination, of appearances or apparent effects, from the knowledge we have of some possible production, as has been or may be, from the knowledge we have of the effects” (Idem., *Ibidem*, I, Cap. I, art. 2).

²⁴ Cf. “Let us take the case of those who are simply seeking after scientific knowledge as such, which consists in as much knowledge as possible of the causes of all things. Since the causes of all particulars are compounds of the causes of

Dessa forma, se considerarmos que os efeitos são a singularidade das “coisas” e, por sua vez, a “causa universal” como aquilo que é comum a todas as coisas singulares, podemos dizer que a função do método, no estudo da filosofia, consiste no “caminho mais curto para se chegar aos efeitos a partir das causas ou de chegar às causas a partir dos efeitos” (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 1). Ou seja, o método pressupõe a aplicação de dois procedimentos distintos, isto é, o “método sintético” (aquele que descreve a gênese das coisas a partir das suas causas constitutivas) e o “método analítico” (aquele que parte dos efeitos dos objetos, tal como se apresentam aos sentidos, e chega-se até as suas causas constitutivas) que estão, para Hobbes, inter-relacionados no processo do conhecimento filosófico. A peculiaridade de cada um desses procedimentos metodológicos é que determinará, segundo Hobbes, a “natureza das causas”. Dessa forma,

No estudo da filosofia, os homens buscam a ciência ou de forma pura e indefinida, procurando saber o máximo que puderem, sem se propor nenhuma questão determinada; ou investigam as causas de alguma aparência determinada, ou esforçam-se para aprender a certeza de alguma coisa em questão, como qual é a causa da *luz*, do *calor*, da *gravidade*, de uma *figura* proposta, etc., ou em qual sujeito qualquer acidente proposto é inerente, ou o que pode conduzir mais à geração de algum efeito proposto a partir de muitos acidentes, ou de que maneira causas particulares devem ser compostas para a produção de um determinado efeito (Idem, *Ibidem*, I, Cap. VI, art. 3. Grifo do autor).

universals or simples, these seekers after knowledge must know the causes of universals (universals being accidents common to all bodies, i.e. to the whole of matter), *before* they can know the causes of particulars, that is, of the accidents by which one thing is distinguished from another. Again, before the causes of these universals can be known, one must know what the universals themselves are. But since the universals are included in the nature of individuals, they are to be unearthed by reasoning, that is, by means of analysis. For example, suppose the concept or idea of any particular thing whatever – say, a square. The square will be analyzed into ‘plane’, ‘bounded by lines’, and having ‘angles’ which are ‘right-angles’, ‘of a certain number’, and ‘equal’. So we have the following universals which apply to the whole of matter: line, plane (i.e. plane surface), bounded, angle, rectangularity, and equality. Once you have discovered the causes of these, i.e. how they are brought into being, you can put them together to form the cause of the circle” (Idem., *Ibidem.*, I, Cap. VI, art. 4).

Em outros termos, Hobbes está alertando que diante da “variedade de questões”, tanto o “método sintético” como o “método analítico” podem ser solicitados alternadamente (Idem, *Ibidem*, I, Cap. VI, art. 2). A alternância de aplicação entre os métodos pode ser explicada da seguinte forma: o “método analítico” pode ser solicitado quando se parte dos efeitos dos objetos, tal como estes efeitos são apresentados, e chegamos às suas definições genéticas, ou seja, a sua geração. O movimento contrário, isto é, quando se pretende demonstrar o processo de geração do objeto a partir de suas definições genéticas, este procedimento denomina-se de sintético²⁵. Estas considerações sobre a questão metodológica são de extrema importância, pois é a partir dela que Hobbes fornece as indicações referentes à relação que as partes (geometria, física, moral e a filosofia civil) que compõem o seu sistema mantêm entre si²⁶. Assim, justificado as posições da geometria e da física, passamos agora ao exame das outras ciências que compõem o sistema filosófico proposto por Hobbes.

Vale ressaltar que, a ordem da disposição das ciências na composição do sistema filosófico hobbesiano não pode ser apreendida apenas como uma questão meramente expositiva, pois, como veremos, estas são ordenadas por Hobbes através da relação lógica que mantêm entre si. Levando em consideração este fato, após a física chega-se à filosofia moral (Cf. Terrel, 1994). A posição da filosofia moral após a física é justificada por Hobbes através da relação de dependência que ambas mantêm entre si. Este explica esta relação argumentando que sendo os movimentos da mente (tais como o apetite, a aversão, o amor, a benevolência, a esperança, o medo, o ódio, a emulação, a inveja, etc.) objetos de estudo da moral, estes possuem suas causas na sensação e na imaginação que são, portanto, objetos de estudo da física.

²⁵ Segundo Limongi (2000, p. 127), “É preciso, na verdade, distinguir entre o princípio da existência das coisas e o princípio do conhecimento das causas das coisas. O primeiro é também o princípio de um dos métodos empregados pela filosofia – o método resolutivo, pelo qual as coisas ou os objetos dados aos sentidos, ponto de partida de todo conhecimento, são decompostos em suas partes, ganhando a partir daí uma definição de natureza. O segundo coincide com o princípio do método sintético pelo qual se descreve a gênese das coisas a partir de suas causas”.

²⁶ Esta questão metodológica é também importante para a explicação hobbesiana sobre a gênese e a instituição do *Commonwealth*.

Ora, esta relação de dependência lógica, na qual o conhecimento de um depende necessariamente do conhecimento do outro, revela a ligação entre a filosofia primeira e a filosofia moral que Hobbes nas suas obras de filosofia política (principalmente, *De Cive* e *Leviathan*) não faz questão de frisar (Cf. Idem, *Ibidem*, p. 129-130). Nestas obras, Hobbes costuma enfatizar que o conhecimento das paixões dos homens, isto é, dos movimentos da mente, são adquiridos pela “experiência de todo homem que se preocupa em observar esses movimentos em si mesmos” (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 7)²⁷.

Pode-se dizer que Hobbes utiliza-se de dois procedimentos metodológicos distintos para se obter o conhecimento das paixões da mente ou humanas: (1) um pelo raciocínio, isto é, pelo expediente que remonta a vinculação entre os movimentos da mente e os objetos da física; ou melhor, pela relação de dependência entre a filosofia moral e filosofia primeira, e outro (2), pela experiência de qualquer homem que apenas examine a sua “própria consciência”. No momento, ainda não temos argumentos suficientes para responder se a utilização de um procedimento em detrimento de outro pode interferir de alguma forma na interpretação da teoria política hobbesiana.

Resta, portanto, assinalar que Hobbes afirma claramente no *De Corpore* que tanto uma via como a outra podem conduzir ao conhecimento dos princípios necessários para a concepção da gênese do *Commonwealth*. Ao afirmar isto, Hobbes abre a possibilidade de interpretar uma relação de dependência entre os princípios da constituição do *Commonwealth* com a filosofia primeira, e por outro lado, a sua total independência desta. Antes de iniciarmos qualquer tipo de consideração sobre esta questão, devemos, portanto, determinar a posição que ocupa a filosofia civil na ordem de disposição das ciências e o seu objeto de contemplação.

No *De Corpore* Hobbes propõe a divisão da filosofia em duas partes principais, de acordo com a variedade dos corpos e movimentos existentes, uma sendo obra da natureza, denominada de “corpo natural”, a outra, produto do acordo e vontades dos homens, é denominada de *Commonwealth*. Dessas duas partes, Hobbes, deduz a filosofia natural e a

²⁷ Cf. “This is because the causes of mental motions are known, not only by reasoning, but also by the experience of each individual observing their own motions” (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 7).

filosofia civil²⁸. Esta última subdivide-se em ética, que trata das disposições e costumes dos homens, a outra, a filosofia civil propriamente dita, considera “os deveres civis, e é simplesmente chamada de política” (Idem., *Ibidem.*, I, Cap. I, art. 9).

No contexto da disposição das ciências, a filosofia civil se constitui como a última parte do sistema hobbesiano, logo após a filosofia moral (Cf. Sorrel, *op. cit.*, p. 49). Como Hobbes justifica a posição da filosofia civil após a filosofia moral? A resposta a tal indagação pode ser explicada da seguinte forma: se atentarmos para a divisão da filosofia civil estabelecida por Hobbes, verifica-se que esta tem início e pressupõe as disposições e costumes dos homens que são nada mais do que seus desejos (ou apetites) e as paixões de suas mentes. Ora, os desejos e paixões da mente são aqueles movimentos que constituem o objeto de estudo da filosofia moral, e estes movimentos são fatores primordiais para se conhecer a gênese e as propriedades do *Commonwealth*. Fica assim estabelecida a relação de dependência entre a filosofia civil e a filosofia moral, e não a independência entre ambas. Sobre isso, Hobbes comenta que:

A filosofia civil e a filosofia moral não aderem tanto uma à outra que não possam ser separadas. Pois as causas dos movimentos da mente são conhecidas não apenas pelo raciocínio, mas também pela experiência de todo homem que se preocupa em observar esses movimentos em si mesmos (Hobbes, 1966, I, Cap. VI, art. 7).

Todavia, apesar da passagem referida assinalar a relação de independência entre a filosofia civil e a filosofia moral, a possibilidade de se interpretar a filosofia civil como dependente da filosofia primeira pode ser pensada e exigida para uma compreensão integral e científica da reflexão filosófica de Hobbes²⁹. O que queremos destacar é que compreender a

²⁸ Cf. “The principal parts of philosophy are two. For two chief kinds of bodies, and very different from one another, offer themselves to such as search after their generation and proprieties; one whereof being the work of nature; is called a natural body, the other is called a *Commonwealth*, and is made by the wills and agreement of men. And from these spring the two parts of philosophy, called natural and civil” (Idem, *Ibidem*, Cap. VI, art. 1).

²⁹ Cf. “Civil philosophy may seem to depend n the other sciences, but that in an impression created by approaching civil philosophy by the method of synthesis. Anther, analytic method, just as scientific as synthetic one, provides a shorter

filosofia política hobbesiana como totalmente independente dos princípios da filosofia primeira pressupõe uma compreensão incompleta da sua filosofia, à medida que se omite a sua estreita ligação com os princípios científicos da sua época. Diante destas considerações, devemos indagar até que ponto a relação de dependência entre a filosofia civil e a filosofia primeira pode aproximar os preceitos da geometria e da física dos princípios da filosofia política hobbesiana?

No próximo tópico nos concentraremos em responder esta questão examinando até que ponto é possível conceber uma relação de dependência ou independência entre a filosofia primeira e a filosofia civil hobbesiana.

2 A relação entre a filosofia primeira e a filosofia civil: o argumento da “dependência lógica”

Como vimos anteriormente, a intenção de Hobbes era compor suas especulações sobre os elementos da filosofia de modo sistemático³⁰ iniciando com a geometria e a física que compõem a filosofia primeira, depois a filosofia moral e, em outro registro, a filosofia civil³¹. Nesta ordem de composição corresponderiam, respectivamente, as três obras centrais do sistema filosófico e científico hobbesiano, a saber: *De Corpore*, *De Homine* (1658) e *De Cive*³². No entanto, o projeto inicial de Hobbes não é devidamente efetivado.

No Prefácio ao *De Cive* Hobbes explicitará as razões pelas quais precisou deixar os estudos da geometria e da física que, seriam a primeira parte do seu sistema filosófico, para tratar da política e da ética mais cedo do que esperava. Hobbes esclarece tal fato do seguinte modo:

Enquanto completo e ponho em ordem o meu trabalho e vou escrevendo com vagar, pois não faço dissertação e sim cálculos, acontecer entrementes

route, through the experience of certain passions, to principles of civil philosophy” (Sorrel, 1996, p. 55)

³⁰ Cf. Terrel, *op. cit.*, p. 128.

³¹ Dentre os principais escritos de filosofia civil, podemos citar: *De Cive*, *Philosophical Rudiments concerning government and Society* (1651), *De Corpore Politico, or The elements of Law and Politic* (1650) e *Leviathan* (1651 - 1668).

³² Estas três obras são partes integrantes que pertenceriam a uma obra maior, denominada *Elementa Philosophiae*, em que Hobbes apresentaria de forma completa o seu sistema filosófico e científico, mas que não foi efetivado, sendo as suas partes publicadas independentemente desta.

que em minha pátria, alguns anos antes que deflagrassem a guerra civil, já ferviam discussões sobre o direito do reino e sobre a devida obediência dos cidadãos, sinais precursores que são da guerra próxima. Por causa disso, com adiantamento das outras partes, pude amadurecer e concluir esta terceira parte. E assim, a que está última pela ordem aparecesse por primeira. De mais a mais, eu não achava que ela necessitasse das precedentes, pois se assentam em princípios conhecidos por experiência. (Idem, 2002a, p. 17-18).

Este relato de Hobbes anuncia e justifica claramente a execução invertida do seu programa científico diante das conturbações políticas por que passava a Inglaterra, ou seja, a ameaça efetiva de guerra impediu-o de dar continuidade à elaboração do seu sistema científico tal como pretendia, o que fez em caráter de urgência modificar o objeto de estudo e a ordem programática que pretendia compor o seu sistema filosófico. Por isso, em vez de iniciar a composição do seu sistema com as investigações do corpo e de suas propriedades gerais que, corresponderiam à filosofia primeira, Hobbes entendeu ser imprescindível iniciar o seu sistema pelo fim, escrevendo e publicando primeiramente o *De Cive* que constituiria a última parte do sistema dedicada ao estudo dos corpos políticos.

Entretanto, ao inverter a ordem programática do seu sistema publicando o que era para ser a última parte em primeiro lugar, ou seja, o *De Cive*, Hobbes acaba por desvincular esta obra das outras partes que compõem o seu sistema filosófico. Em outras palavras, ao publicar o *De Cive* Hobbes não cumpriu o que pretendia, ou seja, manter a relação lógica entre as partes que compõem o seu sistema filosófico. Este fato pode ser confirmado mediante a afirmação do próprio Hobbes no Prefácio ao *De Cive* de que a última parte do seu sistema estaria fundamentada em princípios próprios, isto é, em fatos da “experiência”, não se reportando à dedução dos seus princípios a partir dos princípios da filosofia primeira³³. Apesar da intenção de Hobbes em privilegiar o procedimento metodológico que desvincula a relação lógica entre a filosofia civil e a filosofia primeira, sabemos que o procedimento contrário, isto é, o procedimento que vincula ambas pode ser utilizado.

³³ Este é o principal argumento dos defensores da posição que a filosofia política hobbesiana é independente da filosofia primeira.

De fato, no *De Corpore* Hobbes sinaliza a dependência lógica da filosofia civil em relação à moral mediante o argumento de que esta última está relacionada à cadeia argumentativa que tem nos objetos da “teoria física” o seu início. Por isso é possível entender que o conhecimento do *Commonwealth* pressupõe os objetos da moral à medida que este possui sua causa na física. O que, por sua vez, não exclui a hipótese de independência da filosofia moral com a filosofia primeira se a moral for conhecida com base na “experiência de todo homem que se preocupa em observar esses movimentos em si próprios”. Assim, é imprescindível, para uma leitura correta e bem instrumentada das obras de filosofia política de Hobbes, considerar as relações da filosofia civil com a filosofia primeira que, de certa forma, o próprio Hobbes confirma a possibilidade desta relação, das quais utiliza-se teoricamente para compor os princípios da filosofia civil.

Encontramos, portanto, no *De Corpore*, as indicações que nos permitem explicar não somente que a filosofia moral e a filosofia civil são conjugadas, como também em que condições a sua desvinculação pode ser exigida³⁴. O primeiro passo para resolvermos este problema é recorrermos, novamente, à questão do método em filosofia. No *De Corpore*, Hobbes ao tratar das causas que constituem os movimentos da mente, isto é, a filosofia moral, afirma que estas não são apenas conhecidas pelo raciocínio, pela “via analítica”, como, também, pela “via sintética”. Sabemos que tanto o “método sintético” quanto o “método analítico” podem ser solicitados dados a variedades de “coisas em questão”. Assim tanto a filosofia natural como a filosofia civil procedem analiticamente quando se parte dos sentidos para os princípios, e ao contrário, sinteticamente, quando se parte dos princípios para os sentidos.

E, portanto, não somente aqueles que atingiram o conhecimento das paixões e perturbações da mente pelo método sintético, e partem dos primeiros princípios de filosofia, podem, procedendo do mesmo modo, chegar às causas e à necessidade da constituição das sociedades civis, ao conhecimento do que é o direito natural das obrigações civis, e em cada tipo de governo, o que são os direitos da sociedade civil e todos os conhecimentos relativos à filosofia civil; por esta razão, que os princípios da política constituem no conhecimento dos movimentos da mente e da

³⁴ Ver Sorrel (1996, especificamente p. 54-55).

imaginação, como, de igual modo àqueles que não aprenderam a primeira parte da filosofia, saber, a geometria e a física, podem, apesar disto, atingir os princípios da filosofia civil pelo método analítico (Idem, 1966, I, Cap. VI, art. 7).

Diante disso, podemos concluir que o “método analítico”, aquele caracterizado por Hobbes no *Leviathan* pela máxima socrática “*nosce teipsum*”³⁵, não exclui o “método sintético”, pois, como vimos anteriormente, o conhecimento da filosofia civil pode ser obtido em duas vias alternadas, ou seja, por um lado, os princípios da filosofia civil podem ser conhecidos pela “experiência” de cada homem. Por outro lado, pode se chegar da mesma forma, pela “via sintética”, conhecendo os primeiros princípios da filosofia, isto é, a geometria e a física, e partindo dos mesmos, obtém-se o conhecimento dos princípios pertinentes à filosofia civil.

No entanto, pelo “método analítico”, o conhecimento dos princípios da filosofia civil é completamente autônomo em relação aos princípios da filosofia primeira. Como ficou estabelecido, a filosofia civil pressupõe o conhecimento das “disposições, afetos e costumes dos homens”, ou seja, o conhecimento dos movimentos da mente que são, portanto, objetos da filosofia moral. Sendo assim, a instituição do *Commonwealth*, isto é, a sua causa genética, pode ser obtida sinteticamente, pelo expediente compositivo. Neste caso a filosofia civil tem que ser concebida como dependente dos princípios da filosofia primeira. Entretanto, como esse expediente não é exclusivo para se conhecer os princípios do *Commonwealth*, visto que o “método analítico”, também, pode ser solicitado quando são desconhecidos os resultados das demais partes da

³⁵ Cf. “Consequently whereunto, those persons, that for the most part can give no other proof of being wise, take great delight to show what they think they have read in men, by uncharitable censures of one another behind their backs. But there is another saying not of late understood, by which they might learn truly to read one another, if they would take the pains; that is, *nosce teipsum, read thyself*: which was not meant, as it is now used, to countenance, either the barbarous state of men in power, towards their inferiors; or to encourage men of low degree, to a saucy behaviour towards their betters; but to teach us, that for the similitude of the thoughts and passions of one man, to the thoughts and passions of another, whosoever looketh into himself, and considered what he doth, when he does *think, opine, reason, hope, fear, &c.* and upon what grounds; he shall thereby read and know, what are the thoughts and passions of all other men upon the like occasions” (Hobbes, 1968, Introduction, p. 82. Grifo do autor)

ciência. Neste caso, pode ser concebida também a relação de independência entre a filosofia civil e a filosofia primeira à medida que o conhecimento dos princípios da moral pode ser obtido analiticamente pela experiência de cada um (“*nosce teipsum*”), isto é, pelo procedimento resolutivo. Ora, se podemos conhecer os princípios da filosofia civil tanto pela “via sintética” quanto pela “via analítica”, cabe-nos indagar: porque Hobbes privilegia a “via analítica” em detrimento a “via sintética” nos Prefácios do *De Cive* e do *Leviathan*, pressupondo ser esta via exclusiva para se obter a causa genética do *Commonwealth* quando o mesmo opta pelo modo de exposição sintético ao desenvolver a sua reflexão sobre a política?

A opção de Hobbes em privilegiar o “método analítico” pode ser explicada pelo seguinte argumento: a possibilidade de atingir um espectro mais amplo de leitores e ao mesmo tempo convencê-los da pertinência de suas teses. Esta perspectiva de leitura contribui para a difusão de suas ideias, uma vez que pode ser compreendida pelo público em geral leigo em matéria de filosofia, pois, estabelece uma via de prova e convencimento mais simples e direta, permitindo ao leitor um expediente de prova mais singular: a análise direta dos fenômenos mentais conhecidos por todos os homens, que por sua vez os livra da árdua tarefa da “via sintética”. Entretanto, apesar da ênfase que atribui à “via analítica”, o próprio Hobbes não segue o percurso analítico ao desenvolver algumas de suas obras de filosofia política. Ao menos no que diz respeito ao *Leviathan*, Hobbes não se deteve na tarefa de apresentar a gênese e a construção do *Commonwealth* exclusivamente pelo expediente de prova que o “método analítico” requer, à medida que parte dos princípios da filosofia primeira (geometria e física).

Ora, a utilização do expediente de prova do “método sintético” pode ser explicada da seguinte forma: ao utilizar o procedimento do cálculo e os princípios que constituem a sua filosofia primeira, Hobbes poderia fornecer no *Leviathan* as reflexões que vinha procedendo, e que não foram efetivadas devido à ameaça de guerra em seu país. De fato, em muitos momentos do *Leviathan*, especialmente, na sua primeira parte, encontram-se vários princípios que estão contidos naquela que seria a primeira parte do seu sistema, o *De Corpore*³⁶. Esta constatação reafirma o argumento da

³⁶ Podemos citar como exemplo a sua concepção de *conatus* que envolve questões relativas ao movimento.

vinculação da reflexão política hobbesiana aos princípios da filosofia primeira. No entanto, este tipo de interpretação é objeto de críticas pelos defensores de que esta relação é inconsistente. Podemos apontar como exemplo, Strauss (1965) e Skinner (1999a)³⁷ como um dos maiores defensores deste tipo de interpretação. Resumidamente, o argumento de Strauss sinaliza que a filosofia civil estaria fundada apenas em um “momento analítico” caracterizado pela máxima socrática “*nosce teipsum*”, o que seria suficiente para estabelecer os princípios da filosofia moral e política (Cf. Macpherson, 1979, p. 22)³⁸. Pela “experiência”, comenta Strauss (1965, p. 7), “cada um possui de si mesmo, ou para ser mais preciso, são descobertos pelo esforço do autoconhecimento e da autoanálise de cada indivíduo”³⁹.

Este argumento parece descaracterizar a ideia de que os princípios da fundação do *Commonwealth* estariam necessariamente vinculados aos princípios e às noções da sua filosofia primeira. O que, como vimos anteriormente, descaracterizaria os argumentos de Hobbes no *De Corpore*, de que a ordem de disposição das ciências no seu sistema científico está relacionada à dependência lógica que cada parte do seu sistema mantém com as outras. Todavia, consideramos que o argumento de Strauss possui poucos objetivos no que concerne à composição sistemática das obras de Hobbes, pois ele pretende demonstrar que este é um autor intelectualmente mais preocupado com alguns pensadores clássicos do que com a “nova ciência” e com os intelectuais do seu tempo, de tal modo que o conteúdo e os resultados de sua obra possuem suas raízes naqueles⁴⁰.

³⁷ Macpherson cita outros comentadores que contrários a esta interpretação, tais como: G.C. Robertson (1886) e John Laird (1934) In: (Macpherson, 1979, p. 22, nota 1).

³⁸ Cf. “Alguns dos mais conhecidos intérpretes de Hobbes adotaram o parecer de que a sua teoria política não era derivada de seu materialismo, ou decididamente afetada por sua concepção de ciência; este parecer chegou ao seu auge no influente estudo publicado por Strauss em 1936” (Macpherson, *op. cit.*, p. 22).

³⁹ “Political philosophy is independent natural science because its principles are not borrowed from natural science, are not, indeed, borrowed from any science, experience which every one has of himself, or, to put it more accurately, are discovered by the exports of self knowledge and the self-examination of everyone” (Strauss, 1965, p. 7).

⁴⁰ Cf. “Em 1936, Strauss proposes de dissociar philosophies naturelle et politique. Hobbes prétend donner à sa politique un fondement scientifique. Il limite les classiques sans prendre garde au fait que la matérialisme issu de la science

De fato, Hobbes era um grande conhecedor dos clássicos, que de certo modo influenciaram o seu pensamento de um modo geral, mas não pelos motivos que advoga Strauss. Como veremos mais adiante, tanto Strauss como Skinner não consideram que o aspecto científico na reflexão filosófica de Hobbes exerça um papel preponderante a ponto de considerá-lo como um reflexo das ideias científicas da sua época.⁴¹ O argumento que esses comentadores utilizam para descaracterizar esta tese se baseia, sobretudo, na defesa do predomínio da formação humanística de Hobbes sobre o seu pensamento político em detrimento da influência dos princípios da ciência moderna sobre o mesmo. Porém, os argumentos de Strauss e Skinner não são suficientes para eleger a “a via analítica” como o método exclusivo capaz de se obter os princípios do *Commonwealth*.

Diante disso, para contrapor aos argumentos de Strauss e Skinner, procuraremos examinar no próximo tópico, até que ponto a relação de Hobbes com a cultura humanista é suficiente para sustentar a tese dos referidos intérpretes e, por outro lado, analisaremos as teses fundamentais que norteiam a formação da ciência moderna e a relação que a reflexão filosófica hobessiana mantém com os seus princípios.

3 Mecanicismo ou humanismo? A substituição do humanismo pelo cientificismo

Ainda que seja evidente, em muitos aspectos, a relação entre a filosofia de Hobbes e os princípios que norteiam a ciência física e natural da sua época, existem controvérsias no que diz respeito aos fatores que realmente contribuíram para a verdadeira formação intelectual do filósofo. O debate em torno desta questão revela, também, uma profunda relação entre a reflexão filosófica de Hobbes, especialmente, nos seus primeiros textos filosóficos, e a “cultura retórica do humanismo renascentista”⁴².

Contemporaneamente, três ilustres intérpretes de suas obras colaboram para esta discussão, Sorrel (1991, 1996), Skinner (1999a) e Strauss (1963). Tanto Skinner como Strauss são os principais formuladores

galiéenne este impropre à fonder une philosophie dès choses humaines” (Terrel *op. cit.*, p. 123).

⁴¹ Cf. “Embora essa visão de Hobbes “formado” pela revolução científica tenha ampla aceitação, parte do meu objetivo é sugerir que há nela algo de enganador” (Skinner, 1999a, p. 295).

⁴² Expressão utilizada por Skinner (1999a).

do argumento de que a reflexão filosófica de Hobbes é estritamente influenciada pela cultura humanística renascentista (*studia humanitatis*)⁴³. Para sustentar este argumento, Skinner e Strauss levam em consideração, sobretudo, o período biográfico e intelectual de Hobbes que o alinha aos princípios da cultura humanista literária do final do século XVI e o início do século XVII⁴⁴. Certamente, sob esse aspecto, os primeiros textos publicados por Hobbes revelam uma profunda absorção da cultura retórica do humanismo renascentista, sobretudo, os escritos anteriores à publicação do seu primeiro grande tratado, *De Cive*, em 1642.⁴⁵

Esta, portanto, seria a prova mais contundente que, tanto Skinner quanto Strauss, dispõem para defender a tese de que o pensamento intelectual do filósofo é essencialmente concernido com os ideais da cultura clássica renascentista (Cf. Skinner, 1999a). Supondo, então, que a formação intelectual de Hobbes advenha, sobretudo, do aspecto humanista como bem assinalam Skinner e Strauss cabe-nos, portanto, indagar quais são os argumentos em que estes se apóiam para sustentar tal pressuposição? De acordo com Skinner (Ibidem., p. 295), “talvez o reflexo mais patente da adesão de Hobbes ao humanismo possa ser observado em sua escolha de uma carreira”.

O comentário de Skinner refere-se ao emprego das habilidades dos humanistas, particularmente, pelas grandes famílias aristocráticas inglesas. A demanda pelos serviços dos humanistas acrescenta Tuck (2001, p. 15), era uma necessidade de todos aqueles que possuíam um envolvimento na vida pública, “pois estes precisavam ao redor de si de homens que fossem bons linguistas e escritores fluentes e persuasivos, capazes de se encarregar da correspondência, do esboço dos discursos e do treinamento de crianças nas mesmas habilidades dos ideais humanistas”⁴⁶.

⁴³ Cf. “Se reexaminarmos a vida e os estudos de Hobbes durante seus primeiros anos de obscuridade, e se refletirmos sobre a gama de trabalhos que ele publicou antes do lançamento de *Sobre o cidadão*, constataremos que sua formação intelectual deveu-se, predominantemente, não à cultura científica, mas antes à cultura humanista literária [...]” (Idem., Ibidem., p. 295).

⁴⁴ De acordo com Skinner, as cinco disciplinas canônicas dos *studia humanitatis* eram: gramática, retórica, poesia, história e filosofia civil (Ibidem., p. 310).

⁴⁵ Dentre as obras desse período podemos citar: *Eight Books of the Peloponnesian War Written by hucydides* (1628) e *A Briefe of the Art of Rhetorique* (1637?).

⁴⁶ Cf. “[...] os principais filósofos da Europa do final do século XVI e XVII; muitos deles foram treinados para ser aquilo que se denominava “humanistas”, e sua

Não fugindo a esta regra, Hobbes, após a sua formatura em 1608, trabalhou como tutor e acompanhante dos herdeiros de eminentes famílias da aristocracia inglesa. Foi para a casa de um desses aristocratas que Hobbes fora recomendado pelo diretor do seu *Hall* ao Lord Willian Cavendish, o primeiro Barão de Hardwick, como tutor de seu filho Willian Cavendish. As principais características do humanismo, assimilado por Hobbes, segundo Skinner, concentram-se principalmente no estilo literário característico das regras da *ars rhetorica* que os humanistas haviam tornado correntes na sua época. Curiosamente, apesar do grande esforço de Skinner em enquadrar o pensamento filosófico de Hobbes centrado nos ideais humanistas, este aponta o abandono e o repúdio desta influência nos textos de Hobbes posteriores a 1630 (1999a, p. 339)⁴⁷.

Para Skinner, a mudança de rumo intelectual por parte de Hobbes, a partir da década de 1630, é endereçada aos novos interesses despertados nele, devido, sobretudo, aos contatos que travou durante uma longa jornada em que esteve no continente, entre 1630 a 1636. Neste momento, poderíamos sugerir a seguinte indagação: como Skinner procura sustentar a sua tese de que o pensamento de Hobbes é marcado pelo estilo literário da cultura humanística, se este mesmo evidencia uma mudança de rumo intelectual de Hobbes que o insere no debate científico da sua época? Este fato evidenciado por Skinner, ou seja, a mudança de rumo intelectual por parte de Hobbes, a partir da década de 1630, é o ponto de sustentação das críticas aos argumentos daqueles que defendem a tese de que a reflexão filosófica hobbesiana é substantivamente influenciada pela cultura humanística renascentista. Um dos principais críticos ao argumento da influência humanística na filosofia de Hobbes é Sorrel.

Este advoga – ao contrário de Skinner e Strauss – a tese de que a reflexão de Hobbes, especialmente a partir de 1630, quando inicia a estrutura do seu sistema filosófico, teria sido influenciada,

origem intelectual estava no estudo dos clássicos e no uso inovador e imaginativo da linguagem característica dos humanistas do início da Renascença, em vez de no laborioso filosofar de seus precursores medievais” (Tuck, *op. cit.*, p. 13).

⁴⁷ Cf. “Conquanto Hobbes tenha sido inicialmente formado pela cultura retórica do humanismo, não há dúvida de que, na década de 1630, começou a abandonar os *sutudia humanitatis* em favor de um tipo diferente de *scientia* e, ao mesmo tempo, a reagir vigorosamente contra suas predileções intelectuais anteriores” (Skinner, 1999a, p. 339).

predominantemente, além dos fatores históricos do seu país, pelos ideais da ciência da sua época, em especial a física moderna inaugurada, segundo o próprio Hobbes, por Galileu, e não pela cultura humanística renascentista pela qual havia abandonado completamente. Segundo Sorrel,

As ideias filosóficas de Thomas Hobbes foram formadas por duas grandes revoluções do século XVII. Uma delas foi local, política, perigosa e, segundo a crença de Hobbes, profundamente irracional. Foi a guerra civil inglesa. A outra foi predominante continental, beneficiou as pessoas de maneiras evidentes e mostrou o que a razão era capaz de realizar, quando adequadamente norteada e empregada. Essa foi a revolução das ideias científicas, que Hobbes julgava ter sido iniciada por Galileu. Principalmente com base em textos ocasionados pela primeira dessas revoluções, Hobbes alegou haver contribuído com algo relevante para a segunda (1991, p. 1).

Esta afirmação de Sorrel contribui decisivamente como principal fator de sustentação da tese de que a constituição do seu sistema filosófico teria sido influenciado impreterivelmente pelo pensamento científico de sua época⁴⁸. Ou seja, a afirmação de Sorrel nos assinala que a ciência civil hobbesiana constitui-se naturalmente a partir da referência paradigmática da matriz epistemológica dominada pela física moderna. Vale ressaltar que o próprio Skinner admite – na sua obra *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1991a) – que se concentra somente em um aspecto do pensamento hobbesiano, sobretudo, pela sua pretensa formação humanista. Ou seja, Skinner admite estar menos interessado em compreender Hobbes como autor de um sistema filosófico influenciado pelo cientificismo de sua época, e mais interessado em analisar a contribuição dada por Hobbes para uma série de debates sobre ciências morais da cultura renascentista (Cf. Skinner, 1999a).

Se admitirmos a tese de Sorrel, que Hobbes estaria, então, em conformidade intelectual com o advento das novas concepções da ciência, caracterizada pela física moderna, teríamos, portanto, a evidência mais notória de que os princípios norteadores da “nova ciência” orientam

⁴⁸ Devemos salientar que, como assinala Sorrel, a influência do ambiente político do seu país como um aspecto importante na sua reflexão filosófica. Ver Angoulvent (1996).

decisivamente a composição do seu sistema filosófico. Não obstante, de acordo com Hoffding (1924, p. 264-265), “dois exemplos seriam suficientes para demonstrar o comprometimento de Hobbes com os princípios de uma nova atitude intelectual iniciada por Galileu”, que em muitos sentidos influenciaram o conjunto teórico do seu sistema filosófico, a saber: a sua concepção da realidade como um sistema mecânico, no qual os seus princípios explicativos envolvem apenas corpos e movimento, e a sua própria concepção do que é movimento.

Nestes termos, ficam estabelecidas as evidências marcantes da aproximação de Hobbes com os pressupostos da ciência moderna. Como vimos, Hobbes é um filósofo do mecanicismo antes de ser um teórico político na medida em que se identifica uma considerável influência da nova física em sua filosofia civil. A compreensão deste aspecto torna-se fundamental para qualquer apreciação da sua reflexão filosófica e política. Diante ao exposto, torna-se perfeitamente plausível postular uma interação entre as duas partes de seu empreendimento filosófico e, ainda, defender que, o resultado dessa interação é absolutamente expressivo para a sua teoria política, uma vez que ultrapassa os limites de uma ligação meramente formal.

Referências

- BRANDT, F. *Thomas Hobbes' mechanical conception of nature*. London: Hachette, 1928.
- GAUTHIER, David. *The Logic of Leviathan: The Moral and Political Theory of Thomas Hobbes*. Oxford: Oxford University Press, 1979a.
- HOFFDING, Harald. *A History of Modern Philosophy*. Trad., B.E. Meyer. London: Macmillan and Co., 1924.
- HOBBES, Thomas. *Leviathan, or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*. Ed. C. B. Macpherson. Harmondsworth: Penguin Books, 1968. (*Leviathan*).
- _____. *Do cidadão. Elementos Filosóficos a Respeito do cidadão*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____. *De Cive*. The English version in the first edition philosophical rudiments concerning government and society. A critical edition by Howard Warrender. Oxford: Clarendon Press, 1983.

- _____. *Elementos da lei natural e política*. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002b. (*The Elements of Laws*).
- _____. *Diálogo entre um filósofo e um jurista*. 2. ed. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2004. (*Diálogos*).
- _____. *Behemoth ou o longo parlamento*. Trad. Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (*Behemoth*).
- _____. *Malmesburiensis opera philosophica quae latine scripsit omnia*. In unum corpus num primum collecta et labore Guilielmi Molesworth. London, 1839-1845. v. 5; reprint Aalen: Scientia, 1961. (*Opera Latina*).
- _____. *Elementorium philosophiae, sectio prima: De Corpore*. In: The English Works of Thomas Hobbes of Malmensbury. Now first collected and edited by Sir Willian Molesworth. London 1893-45. 11 vols. Reprint Aalen: Scientia, 1962, second reprint Darmstadt: Scientia, 1966. (*De Corpore*).
- _____. *Elements of Philosophy Concerning Body*. The Metaphysical system of Hobbes (Metaphysical Writings). Ed. Mary Whinton Calkins. Second edition. Illinois: La Salle, 1948. (*De Corpore*).
- _____. *Libertad y Necesidad y Otros Escritos*. Edición y Traducción de Bartolomeu Forteza Pujol. Barcelona: Oenínclua, 1991.
- _____. *HOBBS'S Treatise Of Liberty and Necessity*. In: *Hobbes and Bramhall on Liberty and Necessity*. Ed. Vere Chappel. Cambridge University Press, 1999.
- _____. *De la liberté et de la necessite*. Introductions, traduction, notes, glossaires et index par Franck LESSAY. Paris: Librairie Philosophile J. Vrin, 1993.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução às Ciências Humanas*, São Paulo: Letras & Letras, 1994.
- _____. *A revolução científica moderna: de Galileu a Newton*. São Paulo, Editora Letras & Letras, 1991.
- LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. *A semântica do materialismo de Hobbes*. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1- 2, p. 109-135, 2000.
- MACPHERSON, C. B. *Introduction*. In: HOBBS, Thomas. *Leviathan, or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*. Editado por C. B. Macpherson. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

- _____. *A Teoria política do Individualismo Possessivo. De Hobbes a Locke*. Ed. Paz e Terra, 1979.
- STRAUSS, Leo. *The Political Philosophy of Hobbes. Its Basis and its Genesis*. Chicago: University Press Chicago, 1963.
- SPRAGENS, Thomas A. *The Politics of Motion: The World of Thomas Hobbes*. University Press of Kentucky, 1973.
- SHUHMANN, Karl. *Geometrie und Philosophie bei Thomas Hobbes*. Philosophisches Jahrbuch, Munchen, v. 92, 1985.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 1989.
- SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999a.
- SORELL, Tom. *Hobbes's scheme of the sciences*. in T. Sorell (Ed.), *The Cambridge Companion to Hobbes*. Cambridge, p. 45-61, 1996.
- _____. *The Cambridge Companion to Hobbes*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- _____. *Hobbes*. In: *The arguments of Philosophers*. London: Routledge, 1991. (Primeira edição em 1986 pela Routledge & Kegan Paul, London).
- TUCK, R. *Hobbes*. São Paulo, Loyola, 2001.
- TERREL, Jean. *Hobbes, Matérialisme et Politique*. Paris: J. Vrin, 1994.
- WATKINS, J. W. N. *Hobbes' System of Ideas*. London: Hutchinson University Library, 1965.
- WOLLMANN, Sergio. *O conceito de liberdade no Leviatã de Hobbes*. Porto Alegre: PUCRS, 2. ed., 1994.